



Período: **AGOSTO/2012**

31/08/2012 Portaria CAT 125, de 31-08-2012

Altera a Portaria CAT-109/12, de 27-08-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 125, de 31 de agosto de 2012, publicada em 01/09/2012, altera a Portaria CAT-109/12, de 27-08-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS e dá outras providências, nos termos que seguem:

O artigo 1º da Portaria CAT 125/12 altera os prazos previstos no Anexo Único da Portaria CAT-109/12, de 27-08-12.

A Portaria CAT 125/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 125/12 e do Anexo Único, [clique aqui](#).

31/08/2012 Portaria CAT 124, de 31-08-2012

Altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.

A Portaria CAT 124, de 31 de agosto de 2012, publicada em 01/09/2012, altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências, nos termos que seguem:

O artigo 1º da Portaria CAT 124/12 altera o artigo 3º da Portaria CAT 241/09, alterando o seu prazo de vigência. Determina que a última vigorará no período de 01.01.2010 a 30.11.2012.

Ainda, determina que a partir de 01-12-2012, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z1 do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Quando não houver a indicação do IVA-ST específico para a mercadoria deverá ser aplicado o percentual de 159,34%.



Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12%, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado = $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Ficando revogada a Portaria CAT-93/12, de 30 de julho de 2012, a partir de 1º.09.2012.

A Portaria CAT 124/2012 entra em vigor em 1º.09.2012.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 124/12 e do Anexo Único, [clique aqui](#).

31/08/2012 Medida Provisória 578, de 31.08.2012

Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Publicada na Edição Extra do DOU, de 31.08.2012, a MP 578, permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Segundo o art. 1º da citada MP, para fins de apuração do IR, as pessoas jurídicas tributadas com base no **lucro real** terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida multiplicada por três, sem prejuízo da depreciação contábil:

“I - de veículos automóveis para transporte de mercadorias, destinados ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente, classificados nas posições 87.04.21.10 (exceto Ex 01), 87.04.21.20 (exceto Ex 01), 87.04.21.30 (exceto Ex 01), 87.04.21.90 (exceto Ex 01 e Ex 02), 87.04.22, 87.04.23, 87.04.31.10 Ex 01, 87.04.31.20 Ex 01, 87.04.31.30 Ex 01, 87.04.31.90 Ex 01, e 87.04.32, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e II - de vagões, locomotivas, locotratores e tênderes, destinados ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente, classificados nas posições 86.01, 86.02 e 86.06 da TIPI.”



A possibilidade da depreciação acelerada somente se aplica a bens novos, que tenham sido adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2012.

Ainda, segundo o § 2º, a depreciação acelerada:

“I - constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será controlada no livro fiscal de apuração do lucro real;

II - deverá ser calculada antes da aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada a que faz referência o art. 69 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958; e

III - deverá ser apurada a partir de 1º de janeiro de 2013.”

A MP traça, no § 3º, limite para apuração da depreciação, estabelecendo que o total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada incentivada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem. A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º, o valor da depreciação, registrado na contabilidade, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

A Medida Provisória 578/12 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da MP 578/12, [clique aqui](#).

31/08/2012 Portaria CAT 123, de 31-08-2012

Dispõe sobre a aplicação da Portaria CAT-16/98, de 27-03-1998, que trata da transferência de crédito do imposto de estabelecimento fabricante de açúcar ou álcool para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte.

A Portaria CAT 123, de 31.08.12, publicada em 1º/09/2012, dispõe sobre a aplicação da Portaria CAT-16/98, de 27-03-1998, que trata da transferência de crédito do imposto de estabelecimento fabricante de açúcar ou álcool para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte. Assim, no período de 01.09.2012 a 30.09.2012, a transferência de crédito do imposto de estabelecimento fabricante de açúcar ou álcool para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte deverá obedecer aos ditames da Portaria CAT 16/98, de 27-03-1998.

A Portaria CAT 123/2012 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).



30/08/2012 Portaria CAT 109, de 27-08-2012

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 109, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

Importante destacar que no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de julho de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z19 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Segundo o parágrafo único do artigo 1º da citada portaria, na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado = $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Já o artigo 2º estabelece que a partir de 1º de agosto de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z19 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST que será de 147,97% (cento e quarenta e sete inteiros e noventa e sete centésimos por cento). No caso da entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula já indicada.

O artigo 3º, dispõe que o IVA-ST previsto no § 1º do artigo 2º poderá ser substituído por outro percentual, desde que, cumulativamente:

“1 - a entidade representativa do setor apresente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:



a) até 31 de outubro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de abril de 2013, a entrega do levantamento de preços;

II - seja editada a legislação correspondente.

Parágrafo único - O atraso no cumprimento dos prazos previstos no inciso I poderá acarretar:

1 - o adiamento proporcional na implementação do IVA-ST resultante do levantamento de preços;

2 - a aplicação do disposto no artigo 2º enquanto não ocorrer a implementação mencionada no item 1.”

Foi revogada a Portaria CAT-172/11, de 27 de dezembro de 2011.

A Portaria CAT 109/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 109/12 e do Anexo Único, [clique aqui](#).

30/08/2012 Portaria CAT 108/12

Altera a Portaria CAT-137/11, de 28 de setembro de 2011, que estabelece a base de cálculo na saída de medicamentos e mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-A do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 108, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, altera a Portaria CAT-137/11, de 28 de setembro de 2011, que estabelece a base de cálculo na saída de medicamentos e mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-A do Regulamento do ICMS.

Nesse sentido o “caput” do artigo 1º da Portaria CAT-137/11, passar a ter o seguinte enunciado:

“Artigo 1º - No período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de julho de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-A do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será:”.

A Portaria CAT 108/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 108/12, [clique aqui](#).



30/08/2012 Portaria CAT 107, de 27-08-2012

Estabelece a base de cálculo na saída de lâmpadas elétricas, a que se refere o artigo 313-T do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 107, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de lâmpadas elétricas, a que se refere o artigo 313-T do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

“Artigo 1º - No período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-S do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Parágrafo único - Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.”

Importante destacar que a partir de 1º de julho de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-S do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

O § 1º do artigo 2º determina que o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST será 102,31% (cento e dois inteiros e trinta e um centésimos por cento). E, no § 2º, que na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula já mencionada.

Por fim, o artigo 3º determina que o IVA-ST previsto no § 1º do artigo 2º poderá ser substituído por outro percentual, desde que, cumulativamente:

“I - a entidade representativa do setor apresente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:



a) até 30 de setembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de março de 2013, a entrega do levantamento de preços;

II - seja editada a legislação correspondente.

Parágrafo único - O atraso no cumprimento dos prazos previstos no inciso I poderá acarretar:

1 - o adiamento proporcional na implementação do IVA-ST resultante do levantamento de preços;

2 - a aplicação do disposto no artigo 2º enquanto não ocorrer a implementação mencionada no item 1.”

Fica revogada a Portaria CAT-170/11, de 27 de dezembro de 2011.

A Portaria CAT 107/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 107/12 e do Anexo Único, [clique aqui](#).

29/08/2012 Portaria CAT 106, de 27-08-2012

Estabelece a base de cálculo na saída de papel, a que se refere o artigo 313-V do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 106, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de papel, a que se refere o artigo 313-V do Regulamento do ICMS, nos termos seguintes:

“Artigo 1º - No período de 1º de outubro de 2011 a 30 de junho de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subseqüentes da mercadoria arrolada no § 1º do artigo 313-U do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST será 36,32% (trinta e seis inteiros e trinta e dois centésimos por cento).

§ 2º - Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado = $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, na qual:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.”

Importante destacar que a partir de 1º de julho de 2013, o Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST a que se refere o “caput” do artigo 1º será 53,33% (cinquenta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Esse IVA-ST poderá ser substituído por um outro percentual, desde que, cumulativamente:

“1 – a entidade representativa do setor apresente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do Regulamento do ICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 30 de setembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 31 de março de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 – seja editada a legislação correspondente.

§ 2º - O atraso no cumprimento dos prazos previstos no item 1 do § 1º poderá acarretar:

- 1 – o adiamento proporcional na implementação do IVA-ST resultante do levantamento de preços;
- 2 – a aplicação do disposto no “caput” enquanto não ocorrer a implementação mencionada no item 1 deste parágrafo.”

Fica revogada a Portaria CAT 45/11.

A Portaria CAT 106/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 106/12, [clique aqui](#).

29/08/2012 Portaria CAT 105, de 27-08-2012

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de papelaria, a que se refere o artigo 313-Z14 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 105, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de papelaria, a que se refere o artigo 313-Z14 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



“Artigo 1º - No período de 1º de julho de 2012 a 31 de maio de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z13 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Parágrafo único - Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o ‘IVA-ST ajustado’, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.”

Importante destacar que a partir de 1º de junho de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z13 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

O §1º do artigo 1º determina que o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

“1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas

realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de agosto de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
 - b) até 28 de fevereiro de 2014, a entrega do levantamento de preços;
- 2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

§ 2º - Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto na alínea “a” do item 1 do § 1º, a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de junho de 2014.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



§ 3º - Em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula indicada no parágrafo único do artigo 1º."

Fica revogada a Portaria CAT 71/12.

A Portaria CAT 105/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 105/12, [clique aqui](#).

29/08/2012 Portaria CAT 104, de 27 de agosto de 2012

Altera a Portaria CAT-72/12, de 22 de junho de 2012, que divulga o preço final ao consumidor e o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST para fins de determinação da base de cálculo do ICMS na saída de bebida alcoólica, exceto cerveja e chope.

A Portaria CAT 104, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, altera a Portaria CAT-72/12, de 22 de junho de 2012, que divulga o preço final ao consumidor e o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST para fins de determinação da base de cálculo do ICMS na saída de bebida alcoólica, exceto cerveja e chope.

São alterados os §2º do artigo 2º; o §1º do artigo 3º e o inciso I do caput do artigo 4º, todos da Portaria CAT 72/12, nos moldes a seguir:

"§ 2º - Os IVAs-ST indicados no § 1º:

1 - aplicam-se no período de 1º de julho de 2012 a 31 de agosto de 2013;

2 - corresponderão a 109,63% (cento e nove inteiros e sessenta e três décimos por cento) a partir de 1º de setembro de 2013.";

"§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST será:

1 - 61,38% (sessenta e um inteiros e trinta e oito centésimos por cento) até 31 de agosto de 2013;

2 - 109,63% (cento e nove inteiros e sessenta e três décimos por cento) a partir de 1º de setembro de 2013.";

"I - a entidade representativa do setor presente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do Regulamento do ICMS, observando o seguinte cronograma:



a) até 30 de novembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de maio de 2013, a entrega do levantamento de preços;”.

A Portaria CAT 104/2012 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

29/08/2012 Comunicado CAT 19, de 27 de agosto de 2012

Esclarece sobre o levantamento de preços promovido por entidade representativa de setor, destinado a subsidiar a fixação da base de cálculo do ICMS devido em razão da substituição tributária.

Em atendimento a pleito da FIESP/CIESP, a SEFAZ-SP publicou, em 28/08/2012, o Comunicado CAT 19, de 27 de agosto de 2012, que esclarece sobre o levantamento de preços promovido por entidade representativa de setor, destinado a subsidiar a fixação da base de cálculo do ICMS devido em razão da substituição tributária.

Vale destacar que foi ampliado o prazo para realização das pesquisas de preços, as quais passarão a ser realizadas, como regra geral, a cada 21 meses, cujos novos prazos constam do cronograma do Anexo I do referido Comunicado CAT 19/2012, e do cronograma do Anexo II, para os setores econômicos que ainda estão em processo de revisão das margens de valor agregado.

O mesmo Comunicado CAT 19/2012, esclarece que estão sendo publicadas novas portarias para cada segmento, com a indicação dos novos prazos:

a) de vigência das atuais bases de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto devido por substituição tributária;

b) para comprovação, junto à Secretaria da Fazenda, da contratação de pesquisa;

c) para entrega do levantamento de preços à Secretaria da Fazenda;

d) para início de vigência da nova base de cálculo.

Importante ressaltar, ainda, que as novas portarias não estão alterando as margens de valor agregado ou as médias ponderadas de preços a consumidor final atualmente vigentes.

Por fim, o comunicado em tela elucida que a realização de pesquisas segue metodologia e critérios estipulados na Portaria CAT 124/2011, de 14 de setembro de 2011.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado CAT 19/2012 e respectivos Anexos I e II, [clique aqui](#).



21/08/2012 Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Publicado no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2012, o Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto do mesmo ano, institui a **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO**, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Referida Política será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas e observará o seguinte:

DIRETRIZES

- 1) promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- 2) promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;
- 3) conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- 4) promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;
- 5) valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- 6) ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
- 7) contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

INSTRUMENTOS

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;
- crédito rural e demais mecanismos de financiamento;
- seguro agrícola e de renda;
- preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;
- compras governamentais;
- medidas fiscais e tributárias;
- pesquisa e inovação científica e tecnológica;
- assistência técnica e extensão rural;
- formação profissional e educação;
- mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e
- sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

CONTEÚDO MÍNIMO

- diagnóstico;
- estratégias e objetivos;
- programas, projetos, ações;
- indicadores, metas e prazos; e
- modelo de gestão do Plano.

INSTÂNCIAS DE GESTÃO DA PNAPO

- a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO; e
- a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

O Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

20/08/2012 Decreto nº 7.792/12

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

O Decreto nº 7.792, de 17 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial da União, de 20.08.2012, altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI conforme segue:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



1) É criado o desdobramento na descrição do código de classificação 3920.49.00, efetuado sob a forma de “Ex”, nos termos abaixo:

Código TIPI	Descrição	Alíquota (%)
3920.49.00	Ex 01 - Laminados rígidos de policloreto de vinil (PVC) utilizados para revestimento de móveis	5

2) É criada a nota complementar NC(44-1), no Capítulo 44, reduzindo a 0% (zero), até 30.09.2012, as alíquotas relativas aos seguintes produtos: 4410.11.10; 4410.11.29, 4410.11.90, 4410.12, 4410.19, 4411.12, 4411.13.10, 4411.13.99, 4411.14 e 4411.9.

3) É incluído na NC (39-4) outras NCMs, nos termos abaixo:

A NC (39-4) previa, nos termos do Decreto 7770/12 que ficaria reduzida a 0% a alíquota do IPI, até 30.09.12, para o produto NCM 3920.62.99. Agora, também, passam a contar com essa alíquota reduzida os produtos NCM 3920.49.00 e 3921.90.11.

Cumprе ressaltar que o NCM 3920.49.00 foi objeto de dois enunciados: o item 1 e 3. Nesse sentido o NCM 3920.49.00, em decorrência da criação do “Ex 01”, está com a alíquota do IPI fixada em 5% mas, até 30.09.2012, a alíquota a ser aplicada é de 0%, devido ao disposto na NC (39-4).

O Decreto nº 7.792/12 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

17/08/2012 Decreto Federal nº 7.787, de 15 de agosto de 2012

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o IOF.

Publicado no Diário Oficial da União em 16 de agosto do ano corrente o Decreto em comento **alterou a alínea “g” do inciso I do § 1º do artigo 22 do Decreto Federal nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007**, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativo a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.

Com a referida alteração fica reduzida a zero a alíquota do imposto (IOF) nas **operações de seguro garantia** tratado no dispositivo supracitado.

O Decreto nº 7.787, de 2012 entrará em vigor noventa dias após sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto Federal nº 7.787/12, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



17/08/2012 Decreto 58.308, de 16 de agosto de 2012

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Publicado em 17/08/2012, o Decreto 58.308, de 16 de agosto de 2012, alterou a redação do inciso XIII do artigo 39 do Anexo II, e acrescentou o artigo 61 ao Anexo II do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Em síntese, o Decreto 58.308/2012 incluiu o artigo 61 ao Anexo II do RICMS, ficando reduzida a base de cálculo incidente nas saídas internas de suco de laranja, classificado no código 2009.1 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 12% (doze por cento).

Com as alterações acima, a norma esclarece que a redução, que anteriormente abrangia apenas as saídas realizadas por fabricantes e atacadistas, passa agora a beneficiar também as saídas promovidas por varejistas.

Importante destacar que este benefício vigorará até 31 de dezembro de 2013.

O Decreto 58.308/2012 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

16/08/2012 Protocolo ICMS 102, de 15 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 97/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Publicado em 16/08/2012, o Protocolo ICMS 102, de 15 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 97/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 97/2009, celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Nessa direção, também foi modificada a redação do § 1º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 97/2009, ficando revogado o § 3º. Assim, referido § 1º passa a vigorar nos termos abaixo:

“§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo.”

Por fim, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo ICMS 97/2009, o qual colacionamos a seguir:

“ ANEXO ÚNICO

Código NCM/SH	Descrição
9503.00	Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de rodas; carrinhos para bonecos; bonecos; outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças (“puzzles”) de qualquer tipo

O Protocolo ICMS 102/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.



Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).

16/08/2012 Protocolo ICMS 101, de 15 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 90/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com instrumentos musicais.

Publicado em 16/08/2012, o Protocolo ICMS 101, de 15 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 90/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com instrumentos musicais.

Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 90/2009, celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ”, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria.

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Nessa direção, também foi modificada a redação do § 1º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 90/2009, ficando revogado o § 3º. Assim, referido § 1º passa a vigorar nos termos abaixo:

“§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo.”

Por fim, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo ICMS 90/2009, o qual colacionamos a seguir:

“ANEXO ÚNICO

ITEM	CÓDIGO NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	92.01	Pianos, mesmo automáticos; cravos e outros instrumentos de cordas, com teclado
2	92.02	Outros instrumentos musicais de cordas (por exemplo: guitarras (violões), violinos, harpas)
3	92.05	Outros instrumentos musicais de sopro (por exemplo: clarinetes, trompetes, gaitas de foles)
4	9206.00.00	Instrumentos musicais de percussão (por exemplo: tambores, caixas, xilofones, pratos, castanholas, maracás)
5	92.07	Instrumentos musicais cujo som é produzido ou deva ser amplificado por meios elétricos (por exemplo: órgãos, guitarras, acordeões)
6	92.09	Partes (mecanismos de caixas de música, por exemplo) e acessórios (por exemplo, cartões, discos e rolos para instrumentos mecânicos) de instrumentos musicais; metrônomos e diapasons de todos os tipos.

O Protocolo ICMS 101/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).



16/08/2012 Protocolo ICMS 100, de 15 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 87/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.

Publicado em 16/08/2012, o Protocolo ICMS 100, de 15 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 87/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.

Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 87/2009, celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Nessa direção, também foi modificada a redação do § 1º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 87/2009, ficando revogado o § 3º. Assim, referido § 1º passa a vigorar nos termos abaixo:

“§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo.”

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Por fim, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo ICMS 87/2009, o qual colacionamos a seguir:

ANEXO ÚNICO

Item	Código NCM/SH	Descrição
1	8712.00	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) sem motor.
2	4011.50.00	Pneus novos de borracha dos tipos utilizados em bicicletas
3	4013.20.00	Câmaras de ar de borracha novas dos tipos utilizados em bicicletas
4	8512.10.00	Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual dos tipos utilizados em bicicletas
5	8714.9	Partes e acessórios das bicicletas

O Protocolo ICMS 100/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).

15/08/2012 Portaria CAT 99, de 15 de agosto de 2012

Altera a Portaria CAT 44/08, de 28-3-2008, que disciplina o cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas às mercadorias existentes em estoque no dia imediatamente anterior ao do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

A Portaria CAT 99, de 15 de agosto de 2012, publicada em 16/08/2012, altera a Portaria CAT 44/2008, que disciplina o cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas às mercadorias existentes em estoque no dia imediatamente anterior ao do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

Em síntese, foram acrescentados os códigos de mercadoria 542 e 543 à tabela do Anexo II da Portaria CAT 44/2008, de 28/03/2008, conforme segue:

CÓDIGO DO TIPO DA MERCADORIA	TIPO DA MERCADORIA	DATA DO LEVANTAMENTO DO
------------------------------	--------------------	-------------------------

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



		ESTOQUE
542	Massas, pastas, ceras, encáusticas, líquidos, preparações e outros para dar brilho, limpeza, polimento ou conservação, 2710	31-08-2012
543	Preparações iniciadoras ou aceleradoras de reação, preparações catalíticas, aglutinantes, aditivos, agentes de cura para aplicação em tintas, vernizes, bases, cimentos, concretos, rebocos e argamassas, 3208, 3909 ou 3911	31-08-2012

A Portaria CAT 99/2012 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor da mesma, [clique aqui](#).

15/08/2012 Portaria CAT 97/2012

Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gado e carne.

A Portaria CAT 97, de 14 de agosto de 2012, publicada em 15/08/2012, fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gado e carne.

Dessa forma, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre as operações efetuadas com gado e carne, deverá ser calculado sobre os valores fixados na tabela de valores que segue abaixo.

Importante ressaltar que o imposto será calculado sobre o valor da operação, quando este for superior ao mínimo fixado em pauta.

TABELA DE VALORES A QUE SE REFERE A PORTARIA CAT 97/2012

I - GADO EM CONDIÇÕES DE ABATE

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR - R\$
BOI	CABEÇA	1.547,00
NOVILHO PRECOCE (BOVINO)	CABEÇA	1.365,00
BÚFALO	CABEÇA	1.136,00

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



BÚFALO PRECOCE (IDADE ATÉ 24 MESES)	CABEÇA	1.065,00
VACA	CABEÇA	1.072,00
NOVILHA PRECOCE (BOVINO)	CABEÇA	990,00
BÚFALA	CABEÇA	923,00
BÚFALA PRECOCE (IDADE ATÉ 24 MESES)	CABEÇA	852,00
NEONATO (ATÉ 5 DIAS)	CABEÇA	82,00
VITELO DE LEITE (DE 7 A 30 DIAS)	CABEÇA	165,00
SUÍNO	CABEÇA	202,00
LEITÃO	CABEÇA	45,00
EQUINO	CABEÇA	206,00
ASININO	CABEÇA	206,00

II - PRODUTOS RESULTANTES DO ABATE

1. CARNE BOVINA/BUBALINA NÃO RETALHADA

1.1 - CARNE DE BOI/BÚFALO:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR - R\$
TRASEIRO	KG	7,20
DIANTEIRO	KG	5,10
PONTA DE AGULHA	KG	4,20
BOI/BÚFALO CASADO	KG	6,00

1.2 - CARNE DE VACA/BÚFALA:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR - R\$
-----------	---------	-------------

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



TRASEIRO	KG	6,80
DIANTEIRO	KG	4,80
PONTA DE AGULHA	KG	3,60
VACA/BÚFALA CASADA	KG	5,40

2. CARNE BOVINA/BUBALINA DESOSSADA E CARÇA SUÍNA

DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR - R\$
ACÉM	KG	7,00
ALCATRA COMPLETA	KG	13,50
ALCATRA COM MAMINHA	KG	10,50
ALCATRA COM MIOLO	KG	11,00
CAPA DE FILÉ	KG	6,70
CONTRA FILÉ	KG	10,70
COXÃO DURO	KG	8,80
COXÃO MOLE	KG	9,10
CUPIM "A"	KG	9,50
CUPIM "B"	KG	7,10
DIANTEIRO S/ OSSO	KG	7,00
FILÉ MIGNON COM CORDÃO	KG	19,00
FILÉ MIGNON SEM CORDÃO	KG	23,00
FRALDINHA	KG	4,90
FRALDÃO	KG	7,65

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



LOMBINHO	KG	5,80
LAGARTO	KG	8,80
MAMINHA	KG	12,30
MÚSCULO	KG	7,30
PALETA COM MÚSCULO	KG	7,00
PALETA SEM MÚSCULO	KG	7,20
PATINHO	KG	8,95
PICANHA "A"	KG	22,50
PICANHA "B"	KG	15,50
PONTA DE AGULHA S/ OSSO	KG	5,40
PONTA DE AGULHA DE BOI - ESPECIAL	KG	5,00
PEITO	KG	6,80
VERGALHO	KG	10,00

III - GADO DE CRIAR (PARA ENGORDA/LEITE):**1. GADO BOVINO:**

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR P/CABEÇA-R\$
REGISTRADO (A)	Macho/Fêmea	2.548,00
BOI	Macho acima de 36 meses	1.183,00
NOVILHO	Macho acima de 24 até 36 meses	1.000,00
GARROTE	Macho acima de 12 até 24 meses	750,00
BEZERRO	Macho acima de 4 até 12 meses	520,00

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



BEZERRO	Macho até 4 meses	400,00
VACA	Fêmea acima de 36 meses	820,00
NOVILHA	Fêmea acima de 24 até 36 meses	670,00
NOVILHOTA	Fêmea acima de 12 até 24 meses	550,00
BEZERRA	Fêmea acima de 4 até 12 meses	390,00
BEZERRA	Fêmea até 4 meses	300,00

2. GADO BUFALINO OU BUBALINO:

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR P/ CABEÇA - R\$
REGISTRADO (A)	Macho/Fêmea	2.000,00
BÚFALO	Macho acima de 36 meses	1.070,00
NOVILHO	Macho acima de 24 até 36 meses	920,00
GARROTE	Macho acima de 12 até 24 meses	780,00
BEZERRO	Macho acima de 4 até 12 meses	530,00
BEZERRO	Macho até 4 meses	320,00
BÚFALA	Fêmea acima de 36 meses	920,00
NOVILHA	Fêmea acima de 24 até 36 meses	780,00
NOVILHOTA	Fêmea acima de 12 até 24 meses	550,00
BEZERRA	Fêmea acima de 4 até 12 meses	390,00
BEZERRA	Fêmea até 4 meses	270,00

3. EQUINO/MUAR/ASININO:**3.1 - EQUINO/MUAR/ASININO, COM REGISTRO:**

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



DISCRIMINAÇÃO	VALOR P/ CABEÇA - R\$
Macho/Fêmea acima de 120 meses	1.500,00
Macho/Fêmea acima de 24 meses	2.200,00
Macho/Fêmea de 12 a 24 meses	1.500,00
Macho/Fêmea até 12 meses	1.200,00

3.2 - EQUINO/MUAR/ASININO, COMUM:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR P/ CABEÇA - R\$
Macho/Fêmea acima de 120 meses	600,00
Macho/Fêmea acima de 24 meses	500,00
Macho/Fêmea de 12 a 24 meses	400,00
Macho/Fêmea até 12 meses	300,00
Cavalo reprodutor	1.200,00
Jumento reprodutor	750,00

A Portaria CAT 97/2012 entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria CAT 10, de 26 de janeiro de 2012, que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor da portaria em tela, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS 98, de 13 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 110, de 10 de Agosto de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.

Publicado em 14/08/2012, o Protocolo ICMS 98, de 13 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 110/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.



Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 110/2009, celebrado entre os Estados da Bahia e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Nessa direção, também foi modificada a redação da cláusula sétima do Protocolo ICMS 110/2009, a qual transcrevemos abaixo:

“Cláusula sétima Fica condicionada a aplicação deste Protocolo à mercadoria para a qual exista previsão da substituição tributária na legislação interna do Estado signatário de destino.

§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo previstas neste protocolo.

§ 2º Os Estados signatários acordam em adequar as margens de valor agregado ajustadas para equalizar a carga tributária em razão da diferença entre a efetiva tributação da operação própria e a alíquota interna na unidade federada destinatária, com relação às entradas de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação.”

Por fim, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo 110/2009, que passa a vigorar da seguinte forma:



ANEXO ÚNICO

Item	Código NCM/SH	Descrição
1	8712.00	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) sem motor.
2	4011.50.00	Pneus novos de borracha dos tipos utilizados em bicicletas
3	4013.20.00	Câmaras de ar de borracha novas dos tipos utilizados em bicicletas
4	8512.10.00	Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual dos tipos utilizados em bicicletas
5	8714.9	Partes e acessórios das bicicletas

O Protocolo ICMS 98/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).

14/08/2012 Protocolo ICMS 97, de 13 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 108/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Publicado em 14/08/2012, o Protocolo ICMS 97, de 13 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 108/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 108/2009, celebrado entre os Estados da Bahia e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:

$MVA \text{ ajustada} = [(1 + MVA \text{ ST original}) \times (1 - ALQ \text{ inter}) / (1 - ALQ \text{ intra})] - 1$, onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula."

Nessa direção, também foi modificada a redação da cláusula sexta do Protocolo ICMS 108/2009, a qual transcrevemos abaixo:

"Cláusula sexta Fica condicionada a aplicação deste Protocolo à mercadoria para a qual exista previsão da substituição tributária na legislação interna do Estado signatário de destino.

§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo previstas neste Protocolo.

§ 2º Os Estados signatários acordam em adequar as margens de valor agregado ajustadas para equalizar a carga tributária em razão da diferença entre a efetiva tributação da operação própria e a alíquota interna na unidade federada destinatária, com relação às entradas de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação."

Por fim, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo 108/2009, que passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO ÚNICO

Código NCM/SH	Descrição
9503.00	Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de rodas; carrinhos para bonecos; bonecos; outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças ("puzzles") de qualquer tipo.



O Protocolo ICMS 97/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).

14/08/2012 Protocolo ICMS 96, de 13 de agosto de 2012

Altera o Protocolo ICMS 105/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano.

Publicado em 14/08/2012, o Protocolo ICMS 96, de 13 de agosto de 2012, altera o Protocolo ICMS 105/2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano.

Importante destacar que a cláusula terceira do Protocolo 105/2009, celebrado entre os Estados da Bahia e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.



§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

O Protocolo ICMS 96/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).

10/08/2012 Medida Provisória nº 575, de 07 de agosto de 2012, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Publicada no Diário Oficial da União em 08 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 575, de 07 de agosto do mesmo ano, altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

De acordo com esta Medida Provisória, o contrato de parceria público-privada poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado, autorizado por lei específica, para a construção ou aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incisos X e XI do caput do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

De acordo com os referidos dispositivos legais, e edital de licitação deverá conter, especialmente (i) a indicação dos bens reversíveis; (ii) as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior.

Referido aporte de recursos poderá ser excluído da determinação:

(i) do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e

(ii) da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A parcela excluída nos termos acima deverá ser computada na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na proporção em que o custo para a construção ou aquisição de bens retro for realizado, inclusive mediante depreciação ou extinção da concessão.

E o aporte de recursos acima, quando realizado durante a fase dos investimentos a cargo do parceiro privado, deverá guardar proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Ainda de acordo com esta Medida Provisória, o **Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP** poderá prestar garantia mediante contratação de instrumentos disponíveis em mercado, inclusive para complementação das modalidades seguintes:

- a) fiança, sem benefício de ordem para o fiador;
- b) penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGP, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;
- c) hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP;
- d) alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;
- e) outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;
- f) garantia, real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP.

E o parceiro privado poderá acionar o FGP nos casos de:

- (i) crédito líquido e certo, constante de título exigível aceito e não pago pelo parceiro público após quinze dias contados da data de vencimento; e (Incluído pela Medida Provisória nº 575, de 2012)
- (ii) débitos constantes de faturas emitidas e não aceitas pelo parceiro público após quarenta e cinco dias contados da data de vencimento, desde que não tenha havido rejeição expressa por ato motivado.

Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Medida Provisória, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Medida Provisória nº 575, de 07 de agosto de 2012, [clique aqui](#).

10/08/2012 Comunicado DA 60/2012

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/09/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 10/08/2012, o Comunicado DA 60, de 09/08/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/09/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF 31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/09/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,90% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 60/2012, [clique aqui](#).

09/08/2012 Decreto nº 58.286/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.286, de 8 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 09.08.2012, introduz alterações no Regulamento do ICMS/SP, no tocante a possibilitar ao estabelecimento paulista de queijo a utilização de forma cumulativa do crédito outorgado com a redução de base de cálculo nos termos a seguir.

A norma em comento acrescenta o §5º ao artigo 24 do Anexo III ao RICMS/SP.

O caput do artigo prevê:

Artigo 24 - (AQUISIÇÃO DE LEITE CRU PARA PRODUÇÃO DE QUEIJO OU REQUEIJÃO) - O estabelecimento fabricante paulista de queijo classificado na posição 0406 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, poderá se creditar da importância equivalente a até 12% (doze por cento) do valor da saída do produto:

(...)

§ 5º - O benefício de que trata este artigo poderá ser utilizado cumulativamente com a redução de base de cálculo prevista no artigo 39 do Anexo II deste Regulamento, não se aplicando o disposto na alínea "c" do item 1 e no item 3, ambos do § 1º do referido dispositivo.

O artigo 2º do Decreto 58.286/12 convalida os procedimentos adotados pelos contribuintes, até a data da entrada em vigor do decreto, relativamente à utilização do benefício de que trata o artigo 24 do Anexo III de forma cumulativa com a redução de base de cálculo prevista no artigo 39 do Anexo II, ambos do RICMS.

O Decreto nº 58.286/12 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o seu inteiro teor [clique aqui](#).



09/08/2012 Decreto nº 58.285/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.285, de 8 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 09.08.2012, introduz alterações no Regulamento do ICMS/SP conforme relacionados abaixo.

I - os itens 16 e 29 do § 1º do artigo 313-K:

"16 - óleo para conservação e limpeza de móveis e outros artigos de madeira, 2710.12.90;";

"29 - controlador de metais em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros, 2931.00.79 ou 2931.90.79;";

II - os itens 6, 9 e 12 do § 1º do artigo 313-Z3:

"6 - limas, grosas, alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças, cisalhas para metais, corta-tubos, cortapinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes, manuais, 8203;";

"9 - ferramentas de pelo menos duas das posições 82.02 a 82.05, acondicionadas em sortidos para venda a retalho, 8206.00.00;";

"12 - plaquetas, varetas, pontas e objetos semelhantes para ferramentas, não montados, de ceramais ("cermets"), 8209.00;";

III - o item 7 do § 1º do artigo 313-Z15:

"7 - artigos para serviço de mesa ou de cozinha, e suas partes, de ferro fundido, ferro, aço, cobre e alumínio, 7323.9, 7418 e 7615;".

IV - os itens 39, 50, 53 e 58 do § 1º do artigo 313-Z19:

"39 - aparelhos telefônicos por fio com unidade auscultador-microfone sem fio, 8517.11.00;";

"50 - monitores e projetores que não incorporem aparelhos receptores de televisão, policromáticos, 8528.49.29, 8528.59.20 e 8528.69;";

"53 - câmeras fotográficas dos tipos utilizadas para preparação de clichês ou cilindros de impressão, 9006.10;";

"58 - jogos de vídeo dos tipos utilizáveis com receptor de televisão, 9504.50.00;".



O Decreto nº 58.285/12 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o seu inteiro teor [clique aqui](#).

09/08/2012 Decreto nº 58.283/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

O Decreto nº 58.283, de 8 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 09.08.2012, introduz alterações no Regulamento do ICMS/SP conforme relacionados abaixo.

I) Inclui o milho, as silagens de forrageiras e de produtos vegetais no inciso VIII do artigo 41 do Anexo I que trata das isenções nas operações internas;

II) Exclui o milho do inciso XVI do artigo 41 do Anexo I que trata das isenções nas operações internas;

III) Inclui o milho, as silagens de forrageiras e de produtos vegetais no inciso VII do artigo 9º do Anexo II que trata da redução de base de cálculo nas operações interestaduais;

IV) Exclui o milho do inciso I do artigo 10 do Anexo II que trata da redução de base de cálculo nas operações interestaduais. Ainda, inclui nesse inciso as operações realizadas com órgão oficial de fomento e desenvolvimento agropecuário vinculado ao Distrito Federal;

V) Acrescenta ao item 2 do §2º do artigo 2º do Anexo I (que trata das isenções), a alínea 'i' nos termos seguintes:

1. "i) Etravirina, 2933.59.99"

VI) Acrescenta ao Anexo I o artigo 157 nos termos seguintes:

"Artigo 157 (HEMOBRÁS) - Operações com fármacos e medicamentos derivados do plasma humano coletado nos hemocentros de todo o país, relacionados no Convênio ICMS- 103/11, de 30 de setembro de 2011, realizadas pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (Convênio ICMS-103/11).

Parágrafo único - A fruição do benefício previsto neste artigo fica condicionada a que:

1 - os medicamentos estejam beneficiados com isenção ou alíquota zero do Imposto de Importação - II ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



2 - a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas neste artigo esteja desonerada das contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS."

VII) O artigo 3º do Decreto 58.283/12 convalida as saídas de silagens de forrageiras e de produtos vegetais realizadas até 8 de janeiro de 2012 com isenção ou redução de base de cálculo;

O Decreto nº 58.283/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 9 de janeiro de 2012, exceto:

- desde 21 de outubro de 2011, o inciso II do artigo 2º;

- desde 1º de março de 2012, o inciso I do artigo 2º.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto nº 58.283/12, [clique aqui](#).

09/08/2012 Decreto nº 58.282/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

O Decreto nº 58.282, de 8 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 09.08.2012, introduz alterações no Regulamento do ICMS/SP conforme relacionados abaixo.

I) Inclui produtos na sistemática da Substituição Tributária relativa às operações com tintas, vernizes e outros produtos da indústria química. Foram inseridos: nos itens 3 do §1º do artigo 312, o NCM 2710 e no item 8 NCMs 3208, 3909 e 3911.

II) Altera alíneas do §1º do artigo 313-W, conforme segue:

1. a nova redação da alínea 'k' do item 3 excluiu a expressão "igual" a 1 kilo, assim a substituição tributária abarca apenas as margarinas em recipiente de conteúdo inferior a 1 kilo, mantendo a exceção com relação às embalagens individuais de conteúdo igual ou inferior a 10 gramas;
2. a nova redação da alínea 'c' do item 8 determinou que estaria sujeita à ST os azeites de oliva em recipientes com capacidade inferior ou igual a 2 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo igual ou inferior a 15 mililitros;

III) Em decorrência da inclusão dos produtos NCMs 2710, 3208, 3909 e 3911 mencionados no item I acima, foi necessário que se disciplinasse o recolhimento do ICMS, por contribuinte não responsável por antecipação,

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



referente ao estoque originado das operações efetuadas até 31.08.2012, tendo em vista a sua inclusão na sistemática da ST. Assim, o artigo 2º do Decreto 58.282/12 disciplina como tal procedimento deverá ser realizado;

IV) Foi revogado o item 94 do §1º do artigo 313-Y do RICMS, assim não se submete mais à substituição tributária o produto “barra de cobre, NCM 7407.10”.

O Decreto nº 58.282/12 entra em vigor na data de sua publicação, exceto:

- o artigo 1º, que entre em vigor em 01.09.2012;
- o artigo 3º, que produz efeitos desde 01.08.2012.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto nº 58.282/12, [clique aqui](#).

09/08/2012 Decreto nº 58.281/12

Altera o Decreto 57.999, de 24 de abril de 2012, que fixa prazos especiais para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias decorrentes do evento que especifica e dá outras providências.

O Decreto nº 58.281, de 8 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 09.08.2012, altera o Decreto 57.999/12, no tocante aos prazos de recolhimento do ICMS e às situações a que se aplica, nas saídas de mercadorias decorrentes do evento “Office Paper Brasil Escolar – 26ª Feira Internacional de Produtos, Serviços e Tecnologia para Escolas, Escritórios e Papelarias”, a ser realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2012, no pavilhão de exposições do Parque Anhembi, nesta capital.

A presente norma acrescenta ao artigo 1º do Decreto 57.999/12 as operações sujeitas à substituição tributária. Desta forma, fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo de recolhimento do ICMS incidente nas saídas de mercadorias, inclusive o relativo ao recolhimento do imposto devido por ST.

Ainda, na norma anterior, era previsto que a prorrogação do prazo de recolhimento se daria “observado o dia correspondente ao Código de Prazo de Recolhimento do imposto de cada estabelecimento, nos termos do Anexo IV do Regulamento”. A nova redação determina que deverá ser observado “os dias de vencimento dos prazos estabelecidos na legislação, especialmente os previstos no Anexo IV do Regulamento do ICMS”.

Há, também, alteração com relação ao período abrangido pela norma, para que sejam alcançadas as operações de saída realizadas até 31.10.2012. Nesse sentido foi alterado o inciso IV do Decreto 57.999/12 para que passasse a determinar:

“IV - o valor do imposto correspondente às Notas Fiscais emitidas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2012, em decorrência do evento, deverá ser estornado no livro Registro de Apuração do ICMS do respectivo mês,

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



no código 008, e debitado o mesmo valor no mês imediatamente seguinte, no código 002, informando esses lançamentos nas Guias de Informação e Apuração do ICMS - GIAs correspondentes aos meses indicados, com expressa referência a este decreto."

O Decreto nº 58.281/12 entra em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

07/08/2012 Resolução SMA nº 58, de 12 de julho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20 de julho de 2012, a Resolução SMA nº 58, de 12 de julho do mesmo ano, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ***classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo quanto ao grau de saturação da qualidade do ar.***

Esta norma classifica as sub-regiões quanto ao grau de saturação da qualidade do ar, conforme Tabela A.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no *link* abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as Resoluções SMA nºs 42/2008, 61/2009, 68/2010 e 44/2011.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 58, de 12 de julho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, [clique aqui](#).

02/08/2012 Despacho CONFAZ 136/2012

Informa sobre a aplicação no Estado do Rio de Janeiro do Protocolo ICMS 61/12.

O Despacho CONFAZ 136, de 30 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 1º/08/2012, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria do Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, que esse Estado somente aplicará as disposições contidas no Protocolo ICMS 61/12, celebrado juntamente com o Estado de São Paulo e outros, a partir de data prevista em decreto do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que o Protocolo ICMS 61/12 alterou o Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças, no tocante aos valores da MVA-ST original.

Para conhecer o inteiro teor do Despacho CONFAZ 136/2012, [clique aqui](#).

Informe

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP

